

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115 - 517700 Fax : +251115- 517844  
Website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Décima-nona Sessão Ordinária**

**23 – 28 de Junho de 2011**

**MALABO, GUINÉ EQUATORIAL**

**EX.CL/671 (XIX)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O PROGRAMA  
DECENAL DE REFORÇO DAS CAPACIDADE DA UA-NU**

## **RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O PROGRAMA DECENAL DE REFORÇO DAS CAPACIDADE DA UA-NU**

### **INTRODUÇÃO:**

1. Convém recordar que em Novembro de 2006, e por incumbência da Comissão da UA, um acordo que foi denominado “Declaração” e intitulado, “Reforço da Cooperação NU – UA: Quadro do Programa de Reforço de Capacidades de Dez Anos para a UA” (TYCBP) foi assinado entre o então Secretário-geral das NU, Sr. Kofi Annan, e o então Presidente da Comissão da UA, Sr. Alpha Oumar Konaré. O objectivo desse acordo consistia em prestar assistência à nova Comissão, que ainda tinha alguns anos da sua existência, para o reforço da sua capacidade de execução efectiva do seu mandato no sentido de contribuir para o desenvolvimento do continente. Ligado à Declaração havia um Documento-Quadro em que todos os Departamentos, Direcções e Divisões da Comissão tinham esboçado os seus planos gerais, com base nas respectivas necessidades de reforço de capacidades, e em relação ao que pretendiam para eventualmente formular programas qualificados a serem submetidos ao sistema das NU para financiamento. Por seu lado, a Declaração estipulava que o Quadro seria “progressivo”. Também especificava que o novo acordo entre os Chefes da UA e os das NU seria doravante o “Quadro estratégico geral das NU para a cooperação com a UA”

2. Embora estipulasse que inicialmente o sector de paz e segurança deveria ser considerado prioritário, a Declaração enfatizou que esforços seriam feitos também para reforçar a capacidade da União Africana em mais cinco áreas, que foram assim discriminadas: reforço institucional, desenvolvimento de recursos humanos e gestão financeira, direitos humanos, assuntos políticos, jurídicos e eleitorais e desenvolvimento social, económico, cultural e humano.

3. Importa também realçar o facto de que se referiu na Declaração à necessidade de as NU providenciarem assistência para a satisfação das necessidades de reforço de capacidades das CERs, uma condição essencial, considerando o papel das CERs como sendo um alicerce da Comunidade Económica Africana.

### **REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO TRIENAL**

4. Em conformidade com uma das disposições da Declaração, foi efectuada a primeira avaliação trienal por um consultor contratado sob os auspícios da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, no segundo semestre de 2010. O relatório que resultou do processo de avaliação baseou-se nas consultas com os intervenientes, nomeadamente a Comissão da UA [com o Vice-Presidente e alguns Comissários e outros altos funcionários], a Agência da NEPAD, as CERs

bem como os Departamentos, Organizações e Agências das Nações Unidas; respostas recolhidas de um inquérito; estudos teóricos, e uma análise de documentação relevante. Durante o processo de avaliação, o consultor procurou inteirar-se da opinião dos interessados sobre vários aspectos da implementação de TYCBP. Procurou em particular saber se havia informações e conhecimentos adequados acerca de TYCBP, especialmente no contexto de responsabilidades observadas e reais dos intervenientes; se a implementação de TYCBP era eficaz; se os seus principais objectivos tinham sido realizados; que tipos de desafios e dificuldades foram realmente enfrentados, e se os mecanismos de implementação – nomeadamente RCM, os seus clusters e sub-clusters estavam a funcionar efectivamente e a ter o impacto<sup>1</sup>desejado.

## **RESULTADOS DA AVALIAÇÃO TRIENAL**

5. Um dos resultados importantes da avaliação, conforme se reflecte no relatório do consultor, foi de que a maior parte das contribuições feitas pelo sistema das NU para os esforços de desenvolvimento da África durante o período em análise e relacionados com o TYCBP, se reverteu para a NEPAD, em vez da Comissão da UA ou as CERs.

6. Além disso, de acordo com o relatório, a maior parte do apoio do sistema das organizações, agências, departamentos e programas das NU para a África, parecem terem sido aplicado fora do contexto de TYCBP e não se destinou directamente ao mesmo. Na verdade, muitas actividades realizadas pelo sistema das NU a favor do continente durante o período em análise, foram meramente uma continuação das iniciativas já existentes antes do surgimento de TYCBP em Novembro de 2006. Existiu uma situação semelhante em relação ao funcionamento de RCM, seus clusters e sub-clusters que, enquanto empreendiam esforços para a mobilização de apoio da comunidade internacional para África, agiram muitas vezes sem referência ao TYCBP. O consultor constatou que a visão que prevalecia nas instituições beneficiárias, incluindo a Comissão da UA, era de que, apesar de um enorme potencial inerente ao TYCBP, muito pouco tinha sido obtido do mesmo durante o período em análise.

7. Outra constatação da avaliação, conforme figura no relatório do consultor, foi de que as instituições beneficiárias, incluindo a Comissão da UA, não estavam a exercer a “apropriação” da implementação de TYCBP, com o objectivo de garantir que elas, e não o sistema das NU, definissem e articulassem as suas necessidades de reforço de capacidades, em conformidade com os seus próprios planos estratégicos, planos de trabalho e prioridades em geral.

8. Pareceu também ter havido consenso geral sobre a necessidade de uma maior coordenação no seio da Comissão da UA com as CERs, bem como entre as agências das NU, e, na realidade, no seio de e entre os clusters. Houve apelos para uma maior coordenação geral entre todas as organizações interessadas e

medidas a serem tomadas no sentido de resolver a escassez de informações acerca de TYCBP, cujo efeito era reduzir o âmbito de exploração do seu potencial.

9. Houve também unanimidade de que o Secretariado de RCM e seus clusters –que funcionam [na base de uma recomendação da 10ª sessão de RCM] como um Secretariado Conjunto que envolve pessoal da Comissão da UA e da CEA –deve ser consideravelmente reforçado para aumentar a sua capacidade de realizar as suas funções executivas de apoio a RCM e cada um dos seus clusters e sub-clusters, ao mesmo tempo que se providencia a coordenação e liderança estratégica, tudo isso orientado para uma implementação mais eficaz de TYCBP.

10. Da sua parte, a Comissão da UA elaborou a sua própria resposta coordenada para o relatório do consultor, baseando-se nos pareceres recolhidos dos seus vários Departamentos e considerados como uma contribuição para o processo de avaliação. Ao concordar em grande medida com o conteúdo e ideia-chave do relatório do consultor, o documento da UA aproveitou a oportunidade para realçar vários assuntos, que incluem a necessidade de o TYCBP ser considerado como uma base primordial de compromisso entre as NU e a UA. A Comissão também salientou que os clusters e sub-clusters de RCM devem basear os seus programas e actividades, em primeiro lugar, no Plano Estratégico, planos de trabalho e prioridades da Comissão da UA. Esta gostaria muito que se pusesse termo à prática da preponderância em que os clusters e os sub-clusters resolvem conceber programas e actividades em benefício da Comissão da UA, sem uma consulta prévia com a mesma, causando assim problemas de apropriação e até de relevância.

11. A Comissão da UA também reconheceu a necessidade de iniciar um processo deliberado para a vulgarização de TYCBO no seio do pessoal da Comissão, e na realidade, efectuar novos planos nesse órgão, no sentido de facilitar a apropriação, e implementação de TYCBP, o que inclui a nomeação do ponto focal para TYCBP na Comissão – uma medida que, de facto já tinha sido tomada antes do começo do processo de avaliação – e a designação dos pontos focais departamentais de TYCBP.

12. A UA também argumentou que no quadro dos clusters, uma maior coordenação deve ser efectuada entre as organizações e agências das NU por um lado, e a Comissão da UA, por outro. Considerou-se que isso poderia ajudar a atenuar o sentido de marginalização ou exclusão que afecta os processos de RCM. Na realidade, a Comissão da UA concordou com a observação feita pelo consultor de que os clusters que estavam a trabalhar bem eram os presididos pela Comissão da UA, e que, por conseguinte, operavam com base nos programas, planos e prioridades da UA.

13. A Comissão da UA também reconheceu a necessidade de reforçar o Secretariado de RCM em termos de atribuição de mais recursos financeiros e humanos, realçando que no ponto em que as coisas se encontram, os recursos

providenciados para o funcionamento do Secretariado de RCM provenientes do orçamento ordinário das NU eram insuficientes.

14. A Comissão da UA salientou que seria necessário que as NU analisassem como é que a implementação de TYCBP poderia ser reforçada através da concessão de fundos adequados, regulares e sustentáveis. Nesse contexto, a Comissão da UA lembrou que o relatório do consultor tinha reconhecido que o orçamento de 2008 a 2009, que tinha sido adoptado quando TYCBP já tinha dois anos de existência, não contemplou nenhuma provisão para apoio a programa específico ou verbas exclusivamente destinadas ao TYCBP.

15. A Comissão da UA concordou igualmente com a observação contida no relatório de avaliação sobre o papel “secundário” que as CERs desempenham nos processos de RCM, incluindo reuniões dos clusters e sub-clusters; e, ainda, elogiou os esforços empreendidos pelas NU na criação de um mecanismo de coordenação sub-regional que estabelecerá ligação com as CERs. A Comissão da UA, entretanto, salientou a necessidade de reconhecer um papel da UA nesse contexto, considerando o facto de que as CERs são os alicerces da Comunidade Económica Africana.

16. Subsequentemente, os assuntos acima mencionados, conforme reflectidos tanto no relatório do consultor como no documento sobre a posição da UA, foram bem acolhidos, e aprovados em grande parte numa reunião de peritos realizada em Adis Abeba a 2 e 3 de Novembro de 2010. Os peritos foram seleccionados da Comissão da UA e CERs, bem como dos Departamentos das NU em Nova York e Organizações e Agências das NU em Adis Abeba. As conclusões da reunião dos peritos foram submetidas à 11ª Sessão de RCM, realizada em Adis Abeba a 14 e 15 de Novembro de 2010.

## **RESULTADO DA 11ª SESSÃO DE RCM**

17. A 11ª Sessão de RCM foi realizada como uma reunião de alto nível. Foi aberta pela Dra. Asha – Rose Migiro, Secretária Geral Adjunta das NU. Contou com a participação do Dr. Jean Ping, Presidente da Comissão da UA, Vice-Presidente da Comissão da UA, Sr. Erastus Mwencha, Sr. Abdoulie Janneth, Sub-Secretário Geral das NU e Secretário Executivo da CEA, e Dr. Ibrahim Assane Mayaki, Director-Geral Executivo da Agência de Planificação da NEPAD. A sessão foi co-presidida pela Secretária Geral Adjunta das NU e o Vice-Presidente da Comissão da UA. Os Comissários e altos representantes da Comissão da União Africana, NPCA, CERs, agências e organizações das NU, BAD e Banco Mundial também participaram na reunião.

18. Nas deliberações, *inter alia*, sobre TYCBP (outros pontos na agenda incluíam Rio+20, relatórios de actividades de RCM e o mecanismo de coordenação sub-regional), a 11ª Sessão notou, *inter alia*, que NPCA estava completamente integrada nas estruturas e nos processos da UA, um facto que deveria ser tomado

em consideração pelas agências e organizações das NU na concessão de apoio à Comissão da UA e NPCA.

19. A 11ª Sessão também realçou a necessidade de desenvolver um programa de trabalho de reforço de capacidades para a UA bem definido, baseado no Plano Estratégico e prioridades da Comissão da UA, como uma base para a implementação do TYCBP. Recomendou ainda que o Secretariado Conjunto de RCM deve liderar o processo de desenvolvimento do programa integrado proposto, com actividades claramente definidas, resultados esperados, cronogramas, quadros de monitorização e avaliação e recursos para a sua implementação; e que o Secretariado Conjunto de RCM deve fazer este trabalho em colaboração com os clusters, enquanto alinha o programa de trabalho resultante com o Quadro Estratégico do Desenvolvimento de Capacidades da África (CSDF)

20. No que se refere ao Secretariado Conjunto de RCM, recomendou que o sistema das NU deve reforçá-lo com recursos financeiros e humanos necessários para permitir que funcione eficazmente. Recomendou ainda que os esforços do sistema das NU para mobilizar recursos para o Secretariado Conjunto de RCM e a implementação de TYCBP, devem centrar-se na procura de recursos adicionais, em vez de dismantelar a atribuição dos recursos regulares das NU existentes; e que os fundos e programas das NU devem conceder mais recursos para apoiar a UA e NPCA no contexto de TYCBP. Além disso, deve haver uma colaboração mais estreita com parceiros na mobilização de recursos para a Comissão da UA e as CERs na execução dos seus Programas Conjuntos.

21. Em relação aos clusters e sub-clusters, a 11ª Sessão recomendou que devem tomar em consideração a programação e os ciclos de planificação da Comissão da UA e das CERs, na planificação das suas actividades de reforço de capacidades.

22. Recomendou-se também que a Comissão da UA deve presidir ou co-presidir todos os clusters. Relativamente à proposta feita por alguns membros de RCM para a criação de novos clusters sobre assuntos como preparação, prevenção e gestão dos casos de emergência, estatísticas, e segurança marítima, a Sessão recomendou que a questão fosse analisada no quadro de TYCBP, e que as agências interessadas estabelecessem consultas com o Secretariado Conjunto de RCM sobre a melhor estratégia para o futuro.

23. Recomendou-se ainda que o Secretariado Conjunto de RCM e os clusters devem reforçar as suas actividades de sensibilização e de comunicação.

24. Em relação às CERs, a 11ª Sessão sublinhou que devem ser envolvidas no desenvolvimento do programa de reforço de capacidades proposto, dado que constituem os alicerces da Comunidade Económica Africana. O sistema das NU foi também solicitado a mobilizar recursos, através do Secretariado Conjunto de RCM;

e as CERs foram igualmente solicitadas a designar um Ponto Focal para RCM, de modo a melhorar a sua participação activa nas actividades de RCM.

25. Em conformidade com a orientação geral no sentido de uma maior apropriação por parte da UA, recomendou-se na 11ª Sessão que um relatório anual de actividades de TYCBP deve ser apresentado pelo Presidente da Comissão da UA à Conferência da UA. Isso seria em paralelo com a prática estabelecida em que o Secretário Geral das NU apresenta um relatório anual sobre RCM/TYCBP à Assembleia Geral das NU. Também importante, especialmente em termos de tendência no quadro de RCM para incidir no TYCBP, foi a decisão de que o reforço de capacidades seria o tema da próxima (12ª) sessão de RCM, prevista para Novembro de 2011.

26. O novo Secretariado Conjunto de RCM, constituído também pelo pessoal da UA, tem estado a trabalhar na implementação destas recomendações, incluindo o lançamento do processo do trabalho sobre o programa de reforço de capacidades das NU para a UA, o que deve ser elaborado por uma equipa de consultores que envolverá a Comissão no contexto de exercício de avaliação das necessidades de capacidades, com base no Plano Estratégico, planos de trabalho e prioridades da Comissão da UA. Também tomará em consideração todos os programas e processos de capacidades existentes da Comissão da UA.

## **CONCLUSÃO**

27. Finalmente, convém informar que na 11ª Sessão, constatou-se com optimismo que o ponto de viragem pode ter sido encontrado, em termos de como TYCBP doravante iria ser implementado. Na verdade, esperava-se que o seu grande potencial inexplorado seria melhor aproveitado. Notou-se nesse contexto, que havia uma manifestação mais forte da parte da Comissão da União Africana de se apropriar de TYCBP, conforme se exemplificou não só por uma maior participação dos representantes da Comissão, mas também pelo facto de a Comissão da UA estar agora representada no Secretariado Conjunto de RCM; e que esses acontecimentos estavam a ocorrer no contexto de uma avaliação bem sucedida de TYCBP.

28. É neste espírito, e de acordo com a solicitação feita por RCM que o Presidente da Comissão da UA deve submeter um relatório sobre TYCBP à Conferência da UA, que o presente relatório foi elaborado.